

Brasil tem fama de bom pagador

Cristina Calmon

Reprodução

O Brasil nunca deixou de honrar os títulos (*bonds*) — US\$ 3,2 bilhões — que emitiu entre 1972 e até 1981 e que foram integralmente absorvidos pelo mercado financeiro internacional, garantiu Carlos Thadeu de Freitas Gomes, que participou, como assessor internacional do então ministro da Fazenda Mário Henrique Simonsen, ativamente de todos os lançamentos de bônus realizados por empresas estatais e pelo Tesouro brasileiro.

Com o fim do ciclo bancário e a nova tendência na comunidade financeira de securitizar (transformar em títulos de renda fixa ou fluante) as dívidas bancárias, o Brasil deveria, na opinião de Carlos Thadeu Gomes, tentar seguir esse caminho, muito mais vantajoso em termos de endividamento e com risco cambial pequeno. O ideal seria aproveitar o momento em que os bancos credores de menor porte querem sair do risco-Brasil e transformar em títulos essa dívida, colocando-os junto a investidores finais, como empresas multinacionais e investidores institucionais.

Novas emissões — Com dois mercados distintos — o de promissórias bancárias da dívida externa e o de títulos com cotação em bolsa — o Brasil, se optasse pela securitização parcial, estaria estimulando o mercado secundário de *bonds*, pois abriria caminho para novas emissões, ou seja dinheiro novo para o país. Sem qualquer liquidez, pouquíssimos negócios e com deságios muito elevados, (60%) não se pode dizer que haja um mercado secundário para os créditos da dívida brasileira.

De acordo com o presidente do Banco InterAtlântico, José Luiz Miranda, não existe um mercado efetivo para os créditos bancários, até porque só eventualmente um banco se dispõe a vender. "É um mercado extremamente limitado, que opera em condições precárias. Os negócios se dão quando há interesse entre bancos de trocar ativos (operações de *swap*)".

Uma empresa multinacional não pode, pelo menos diretamente, comprar um crédito bancário e passar a ser credora do Brasil em

Bônus emitidos entre 1972 e 1981 foram bem absorvidos pelo mercado financeiro

termos de registro no Banco Central. Mas pode ser credora da dívida mobiliária (em títulos) externa, principalmente se o mercado desses papéis voltar a ser ativo.

Para isso, lembra Carlos Thadeu Gomes — autor de tese de mestrado e de um livro sobre captação de recursos no mercado externo — atualmente dirigindo a Corretora Romasa, é preciso que não hajam, dúvidas quanto às condições do Brasil de honrar o pagamento dos títulos. Segundo ele, grande parte dos US\$ 3,2 bilhões de títulos emitidos já foram pagos e resgatados. "É questão de honra". A última emissão foi da Nuclebrás, em 1980/81, no montante de 100 milhões de marcos, a vencer em 1988. Os *bonds*, com aval do governo, pagam de 9 3/4% ao ano.

Caso o Brasil realmente decida partir para a securitização parcial da dívida, o mercado mais promissor é o de eurodólar, informou Carlos Thadeu. Mas teria de ser um processo gradual, envolvendo lentas negociações, pois irá atingir diversos mercados, cada um com suas características. Lembrou que enquanto não for resolvida de forma satisfatória a questão da dívida externa, o Brasil não terá espaço para colocar títulos de dívida.